



**Fundação Assistencial e Previdenciária da
EMATERCE**

**RELATÓRIO ANUAL
2014**

1. INTRODUÇÃO

A Diretoria-Executiva da FAPECE se dirige aos seus participantes ativos e assistidos por meio do presente informativo para dar conhecimentos acerca da gestão de seu plano de benefícios no ano de 2014, abordando qualitativa e quantitativamente os seus componentes patrimoniais, financeiros e atuariais. Nesse contexto, ganham relevo as demonstrações financeiras, a composição (posição) dos investimentos e suas respectivas rentabilidades setoriais, as despesas incorridas e os aspectos atinentes ao dimensionamento das provisões matemáticas, mais precisamente o parecer atuarial, com destaque para as premissas atuarias.

2. POLITICA DE INVESTIMENTOS

O quadro a seguir traz um resumo da política de investimentos para o período de 2014 a 2018. Além de atender os mandamentos da Resolução CMN Nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, ela foi delineada de modo que a alocação dos recursos se dê em segmentos que possibilitem, numa estratégia de riscos minimizados, retornos compatíveis com a meta atuarial do plano de benefícios (INPC + 5,50% a.a.), permitindo assim a obtenção do equilíbrio de longo prazo entre o ativo e o passivo.

ALOCAÇÕES

SEGMENTO	LIMITE LEGAL (Resolução CMN Nº 3.792)	CARTEIRA
Renda Fixa	100%	85,91%
Renda Variável	70%	6,52%
Investimentos Estruturados	20%	5,39%
Investimentos no Exterior	10%	0,00%
Imóveis	8%	1,87%
Operações com Participantes	15%	0,31%

CONTROLE DE RISCOS

Os principais tipos de risco a serem avaliados, controlados e monitorados, aos quais os recursos do plano estão expostos, são o risco de crédito, de mercado, liquidez, operacional, legal e sistêmico.

3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TECNICAS

Em estreita obediência à política de investimentos, a FAPECE e com base no estudo de ALM realizado pela Consultoria Risk Office a Entidade alocou seus recursos garantidores de reservas técnicas, em 2014, nos segmentos: Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Imóveis e Operações com Participantes. No quadro a seguir estão apresentadas as magnitudes dessas alocações e suas respectivas posições relativas.

Contas	Posição em 31/12/2014	Posição em 31/12/2013		
111 - Disponibilidades	237.151,99	226.488,16		
123 - Programa de Investimentos	100.541.766,96	91.273.416,42		
(-) 213 - Programa de Investimentos	43.189,31	49.850,75		
(-) 223 - Exigível Contingencial-Investimentos	75.024,00	24.993,00		
Recursos Garantidores	79.249.736,64	91.425.060,83		
Composição dos Investimentos por Segmento				
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
1234 - Fundos de Investimentos	98.351.971,59		89.937.227,95	
1234.03 - Renda Fixa	86.364.986,04	85,8	77.027.267,93	84,25
1234.04 - Fundos de Invest. Em Ações	6.560.076,60	6,52	7.790.275,97	8,52
1234.07 -Estruturados (Multimercado)	5.426.908,95	5,39	5.119.684,05	5,6
1236 - Investimentos Imobiliários	1.879.061,71	1,87	1.010.518,04	1,11
1237 - Empréstimos e Financiamentos	310.733,66	0,31	325.670,43	0,36
111 Disponib. - 213 Obrig.-223 Exig.Contig.	118.938,68	0,11	151.644,41	0,17

4. RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

O quadro a seguir demonstra a rentabilidade obtida por cada segmento. Pode-se observar que apenas os segmentos de Investimentos Imobiliários e Empréstimos superaram a meta atuarial. Ressaltando que em Junho de 2014, foi realizada uma reavaliação nos imóveis da Entidade que resultou em variação positiva no valor de R\$ 880.633,22.

SEGMENTO	RENTABILIDADE (%)	META ATUARIAL(%)
Renda Fixa	9,44	12,07
Renda Variável	-16,7	
Investimentos Estruturados	7,14	
Imóveis	90,13	
Empréstimos	24,4	
Agregado (total)	8,14	

5. DESPESAS COM A GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

As despesas incorridas na gestão terceirizada (investimentos financeiros) e da carteira própria (Imóveis e Empréstimos) estão apresentadas no quadro abaixo:

1. Terceirizada(Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados)	214,724,39	61,11%
Taxa de Administração	154.560,53	43,99%
Taxa de Custódia	17.667,86	5,03%
Taxas CVM	15.360,00	4,37%
Taxa ANBIMA	1.825,15	0,52%
Taxas CETIP	13.969,75	3,98%
Taxa SELIC	2.276,50	0,65%
Taxa de Auditoria	8.025,00	2,28%
Outras Despesas	1.039,60	0,30%
2. Própria	136.658,99	38,89%
Despesas de Custódia e Taxas	67.179,35	19,12%
Investimentos Imobiliários	67.503,48	19,21%
Empréstimos e Financiamentos	19.876,16	0,56%
TOTAL	351.383,38	100,00%

6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas da Entidade incorridas em 2014 estão apresentadas, na sua totalidade, no quadro a seguir. Chama-se atenção para a rubrica "Alugueis de Imóveis", que se refere ao valor do aluguel do imóvel sede repassado ao Plano de Gestão Administrativa – PGA, dado que ele é de propriedade do Plano de Benefícios Definido.

RUBRICA	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
Pessoal e Encargos	527.054,11	54,18%
Conselheiros	180.015,69	18,50%
Dirigentes	175.161,34	18,01%
Pessoal Proprio	171.877,08	17,67%
Treinamentos/Congressos e Seminários	2.760,90	0,28%
Conselheiros	1.860,90	0,19%
Dirigentes	900	0,09%
Viagens e Estadias	23.528,97	2,42%
Conselheiros	304,8	0,03%
Dirigentes	12.353,31	1,27%
Pessoal Próprio	5.576,19	0,57%
Terceiros	5.294,67	0,54%
Serviços e Terceiros	275.741,13	28,34%
Consultoria Atuarial	42.167,33	4,33%
Consultoria Contábil	59.905,52	6,16%
Consultoria Jurídica	61.644,07	6,34%
Serviços de Informática	33.001,63	3,39%
Auditória Contábil	10.000,00	1,03%

RUBRICA	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
Gestão/Planejamento Estratégico	17.492,76	1,80%
Outros Serviços	51.529,82	5,30%
Despesas Gerais	140.520,37	14,44%
Suprimentos	7.151,99	0,74%
Água e Esgoto	1.882,22	0,19%
Energia	5.387,70	0,55%
Telefones	4.439,10	0,46%
Correios e Malotes	2.058,88	0,21%
Entidades de Associações	6.349,68	0,65%
Alugueis de Imóveis (Sede da FAPECE)	24.000,00	2,47%
Tributos (PIS e COFINS)	56.053,18	5,76%
Taxas (TAFIC, Taxas Bancárias, etc)	15.347,81	1,58%
Outras Despesas (Cartórios, etc)	17.849,81	1,83%
Depreciações e Amortizações (Imóveis)	3.199,51	0,33%
Total	972.804,99	100,00%

7. BENEFÍCIOS PAGOS

BENEFÍCIO	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
Aposentadorias	2.671.070,33	77,13%
Pensões	699.937,53	20,21%
Auxílio Doença	0	0,00%
Pecúlios	65.094,00	1,88%
Reserva de Poupança	26.939,88	0,78%
TOTAL	3.463.041,74	100,00%

8. PARECER ATUARIAL

PARECER ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE 31/12/2014– PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS DA FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EMATERCE (FAPECE)

1. Este parecer, integrante das Demonstrações Atuariais (DA), é concernente à avaliação atuarial do plano previdenciário da Fundação Assistencial e Previdenciária da EMATERCE (FAPECE), modalidade de Benefício Definido (BD) para todos os benefícios constantes de seu Regulamento, nos termos da Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22/11/2005, estando avaliado na posição de 31/12/2014.

2. As provisões matemáticas do plano de benefícios da FAPECE, em 31/12/2014, somaram R\$ 132.855.413,40 (cento e trinta e dois milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e treze reais e quarenta centavos). Confrontadas com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, de R\$ 146.788.303,00 (cento e quarenta e seis milhões, setecentos e oitenta e oito mil, trezentos e três reais), restou verificado superávit técnico de **R\$ 13.932.889,60 (treze milhões, novecentos e trinta e dois mil, oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos)**, correspondentes a 10,49% das provisões matemáticas. Referido valor deve ser contabilizado como reserva de contingência, conforme estabelecem o artigo 20 da Lei Complementar Nº 109, de 29/05/2001, e o artigo 7º da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

3. O cadastro foi considerado consistente e satisfatório para esta avaliação e foram realizados testes de aderência das premissas financeiras e biométricas, de conformidade com a Resolução MPS/CGPC Nº 18/2006, cujos resultados foram entregues à Entidade em relatório específico. As premissas encontram-se detalhadas nas Demonstrações Atuariais (DA).

4. Em relação à avaliação de 31/12/2013 foi alterada a premissa correspondente à taxa real anual de juros, reduzida de 5,75% ao ano para 5,5% ao ano como resultado do estudo de aderência e adequação da taxa real anual de juros, elaborado de conformidade com o artigo 5º da Instrução PREVIC nº 07, de 12/12/2013. Com exceção da premissa de taxa real anual de juros, em relação à avaliação de 2013 não ocorreram alterações nas demais hipóteses e premissas atuariais.

5. Também ficou atestada nesta avaliação atuarial a capacidade financeira da FAPECE de manter em carteira os títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento, de que trata a Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, conforme documento detalhado em poder da FAPECE.

6. A partir de janeiro de 2014 foi adotada nos cálculos mensais das provisões matemáticas a taxa real anual de juros de 5,5% (cinco e meio por cento) ao ano e no mesmo período a variação do INPC alcançou 6,23%, de forma que a meta atuarial — composição da taxa real anual de juros com a variação anual do INPC — correspondeu a 12,07% (doze inteiros e sete centésimos por cento). A rentabilidade efetiva nominal dos investimentos resultou em 11,33% (onze inteiros e trinta e três centésimos por cento), neste caso tendo correspondido a 93,87% da meta atuarial. Com base na rentabilidade nominal efetiva de 11,33% e da inflação de 6,23%, conclui-se que o plano de benefícios obteve rentabilidade real de 4,80% em 2014.

7. Por sua vez, na data de referência desta avaliação atuarial também foi utilizada no cálculo das provisões matemáticas a taxa real anual de juros de 5,5% (cinco inteiros e seis décimos por cento), devendo ser empregada ao longo de 2015 na quantificação das provisões matemáticas mensais do Plano BD. No entanto, referida taxa resultou da demonstração da aderência e adequação da taxa real anual de juros, realizada com base no disposto no artigo 5º da Instrução Nº 07/2013, observados os parâmetros e limites da Portaria nº 615, de 24/11/2014, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

8. Uma vez que na avaliação posicionada em 31/12/2013 fora empregada a taxa real anual de juros de 5,75% ao ano, conforme definido no inciso 4, inciso II do Anexo à Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09/2012, a redução do valor percentual, de 5,75% para 5,5% na data desta avaliação, ocasionou impacto atuarial de elevação das provisões matemáticas em R\$3.213.306,03 (três milhões, duzentos e treze mil, trezentos e seis reais e três centavos) em 31/12/2014, correspondentes a 2,48% das provisões matemáticas totais.

9. Em razão da situação superavitária, recomenda-se para 2015 a manutenção do Plano de Custeio praticado em 2014, correspondente à tabela de contribuições reproduzida no Quadro Nº 1, atualizada para 2015 na forma estabelecida no Regulamento.

QUADRO Nº 1 - TABELA DE CONTRIBUIÇÃO VIGENTE EM 31/12/2014

SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (EM R\$)		PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	PARCELA A DEDUZIR
0,00	a	1.709,16	4,04%
1.709,17	a	3.418,33	6,73%
3.418,34	a	8.545,82	16,16%

Nota: Valor de referência do Plano: R\$ 4.272,91, a partir de 01/05/2014.

10. Por último, considerando-se as premissas, as hipóteses, os regimes financeiros, o método atuarial e os dados cadastrais dos participantes e demais informações prestadas pela FAPECE, concluímos que na posição de 31/12/2014 o plano de benefícios encontrava-se atuarialmente equilibrado.

Este é o nosso parecer.



Vicente Aderson Paz Sales
Atuário – MIBA Nº 1.155

8.1. PREMISSAS ATUARIAIS

Encontram-se relacionadas, a seguir, as premissas financeiras, econômicas e biométricas empregadas nos cálculos atuariais:

- Taxa real anual de juros: 5,5% a.a. (cinco e meio por cento ao ano);
- Projeção de Crescimento Real de Salário: 0% a.a.;
- Fator de Determinação do Valor Real de Salários e de Benefícios: 0,975 (corresponde à perda inflacionária estimada em 5,5% no longo prazo);
- Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000 Masculina;
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: Muller;
- Composição da família de pensionistas: Família real informada no cadastro;
- Percentual do custeio administrativo: 15% (quinze por cento) sobre o total das contribuições previdenciais.

9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE

9.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

EM R\$MIL

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
DISPONÍVEL	238	226	EXIGÍVEL OPERACIONAL	591	724
REALIZÁVEL	147.259	134.559	GESTÃO PREVIDENCIAL	511	593
			GESTÃO ADMINISTRATIVA	37	81
GESTÃO PREVIDENCIAL	46.674	43.199	INVESTIMENTOS	43	50
GESTÃO ADMINISTRATIVA	43	86			
INVESTIMENTOS	100.542	91.274	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	75	25
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	98.352	89.937	INVESTIMENTOS	75	25
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.879	1.011			
EMPRÉSTIMOS	311	326	PATRIMÔNIO SOCIAL	146.842	134.048
			PATRIMÔNIO DE COBERTURA		
PERMANENTE	11	12	DO PLANO	146.788	134.001
IMOBILIZADO	11	12	PROVISÕES MATEMÁTICAS	132.855	116.117
			BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	33.669	26.228
			BENEFÍCIOS A CONCEDER	99.186	89.889
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	13.933	17.884
			RESULTADOS REALIZADOS	13.933	17.884
			SUPERÁVIT TÉCNICO		
			ACUMULADO	13.933	17.884
			FUNDOS	54	47
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	18	18
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	36	29
TOTAL DO ATIVO	147.508	134.797	TOTAL DO PASSIVO	147.508	134.797

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPS
(CONSOLIDADA)

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO		2014	2013	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	134.048	124.174	7,95
	1. Adições	17.490	14.322	22,12
(+)	Contribuições Previdenciais	8.170	8.156	0,17
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.340	5.276	58,07
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	0	0,00
(+)	Receitas Administrativas	973	890	9,33
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	0	0	0,00
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	0	0	0,00
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	7	0	100,00
(+)	Receitas Assistenciais	0	0	0,00
	2. Destinações	(4.696)	(4.448)	5,58
(-)	Benefícios	(3.463)	(3.044)	13,76
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos – Gestão Previdencial	(260)	(508)	(48,82)
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	0	0	0,00
(-)	Despesas Administrativas	(973)	(890)	9,33
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos – Gestão Administrativa	0	0	0,00
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	0	0	0,00
(-)	Reversão de Fundos de Investimentos	0	0	0,00
(-)	Despesas Assistenciais	0	(6)	(100,00)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	12.794	9.874	29,57
(+/-)	Provisões Matemáticas	16.738	8.383	99,67
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(3.951)	1.497	(363,93)
(+/-)	Fundos Previdenciais	0	0	0,00
(+/-)	Fundos Administrativos	0	0	0,00
(+/-)	Fundos dos Investimentos	7	(6)	(216,67)
(+/-)	Gestão Assistencial	0	0	0,00
	4. Operações Transitórias	0	0	0,00
(+/-)	Operações Transitórias	0	0	0,00
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	146.842	134.048	9,54

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL (PLANO BD)

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO		2014	2013	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		134.002	124.122	7,96
1. Adições		16.992	13.886	22,37
(+) Contribuições		8.652	8.610	0,49
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial		8.340	5.276	58,07
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial		0	0	0,00
2. Destinações		(4.206)	(4.006)	4,99
(-) Benefícios		(3.463)	(3.044)	13,76
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial		(260)	(508)	(48,82)
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial		0	0	0,00
(-) Custeio Administrativo		(483)	(454)	6,39
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		12.786	9.880	29,41
(+/-) Provisões Matemáticas		16.737	8.383	99,65
(+/-) Fundos Previdenciais		0	0	0,00
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício		(3.951)	1.497	(363,93)
4. Operações Transitórias		0	0	0,00
(+/-) Operações Transitórias		0	0	0,00
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)		146.788	134.002	9,54
C) Fundos não Previdenciais		54	47	14,89
(+/-) Fundos Administrativos		18	18	0,00
(+/-) Fundos dos Investimentos		36	29	24,14

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL (PLANO BD)

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
1. Ativos	147.472	134.716	9,47
Disponível	237	225	5,33
Recebível	46.693	43.217	8,04
Investimento	100.542	91.274	10,15
Créditos Privados e Depósitos	0	0	0,00
Fundos de Investimento	98.352	89.937	9,36
Investimentos Imobiliários	1.879	1.011	85,86
Empréstimos	311	326	(4,60)
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	0,00
Outros Realizáveis	0	0	0,00
Permanente	0	0	0,00
2. Obrigações	630	667	(5,55)
Operacional	555	642	(13,55)
Contingencial	75	25	200,00
3. Fundos não Previdenciais	54	47	14,89
Fundo Administrativo	18	18	0,00
Fundo dos Investimentos	36	29	24,14
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	146.788	134.002	9,54
Provisões Matemáticas	132.855	116.118	14,41
Superávit/Déficit Técnico	13.933	17.884	(22,09)
Fundos Previdenciais	0	0	0,00

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA
(CONSOLIDADA)

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	18	18	0,00
1. Custeio da Gestão Administrativa	973	890	9,33
1.1. Receitas	973	890	9,33
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	482	454	6,17
Custeio Administrativo dos Investimentos	488	432	12,96
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	2	2	0,00
Receitas Diretas	0	0	0,00
Resultado Positivo dos Investimentos	0	0	0,00
Reversão de Contingências	0	0	0,00
Reembolso da Gestão Assistencial	0	0	0,00
Outras Receitas	0	2	(100,00)
2. Despesas Administrativas	973	890	9,33
2.1. Administração Previdencial	509	467	8,99
Pessoal e Encargos	264	243	8,64
Treinamentos/Congressos e Seminários	1	2	(50,00)
Viagens e Estadias	12	15	(20,00)
Serviços de Terceiros	160	145	10,34
Despesas Gerais	44	59	(25,42)
Depreciações e Amortizações	2	2	0,00
Contingências	0	0	0,00
Outras Despesas	1	1	0,00
Tributos	25	0	100,00
2.2. Administração dos Investimentos	463	423	9,46
Pessoal e Encargos	264	238	10,92
Treinamentos/Congressos e Seminários	1	2	(50,00)
Viagens e Estadias	12	15	(20,00)
Serviços de Terceiros	115	105	9,52
Despesas Gerais	43	59	(27,12)
Depreciações e amortizações	2	2	0,00
Contingências	0	0	0,00
Outras Despesas	1	1	0,00
Tributos	25	0	100,00
2.3. Administração Assistencial	0	0	0,00
2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	0	0	0,00
2.5. Outras Despesas	0	0	0,00
3. Resultado Negativo dos Investimentos	0	0	0,00
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	0	0	0,00
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	0	0	0,00
6. Operações Transitórias	0	0	0,00
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	18	18	0,00

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS
PLANO BD

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	147.453	134.698	9,47
1. Provisões Matemáticas	132.855	116.118	14,41
1.1. Benefícios Concedidos	33.669	26.228	28,37
Contribuição Definida	0	0	0,00
Benefício Definido	33.669	26.228	28,37
1.2. Benefício a Conceder	99.186	89.890	10,34
Contribuição Definida	0	0	0,00
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	0	0	0,00
Saldo de Contas - parcela participantes	0	0	0,00
Benefício Definido	99.186	89.890	10,34
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	0	0	0,00
(-) Serviço Passado	0	0	0,00
(-) Patrocinador(es)	0	0	0,00
(-) Participantes	0	0	0,00
(-) Déficit Equacionado	0	0	0,00
(-) Patrocinador(es)	0	0	0,00
(-) Participantes	0	0	0,00
(-) Assistidos	0	0	0,00
(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0	0	0,00
(+/-) Patrocinador(es)	0	0	0,00
(+/-) Participantes	0	0	0,00
(+/-) Assistidos	0	0	0,00
2. Equilíbrio Técnico	13.933	17.883	(22,09)
2.1. Resultados Realizados	13.933	17.883	(22,09)
Superávit técnico acumulado	13.933	17.883	(22,09)
Reserva de contingência	13.933	17.883	(22,09)
Reserva para Revisão do Plano	0	0	0,00
(-) Déficit técnico acumulado	0	0	0,00
2.2. Resultados a realizar	0	0	0,00
3. Fundos	36	29	24,14
3.1. Fundos Previdenciais	0	0	0,00
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	36	29	24,14
4. Exigível Operacional	554	643	(13,84)
4.1. Gestão Previdencial	511	593	(13,83)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	43	50	(14,00)
5. Exigível Contingencial	75	25	200,00
5.1. Gestão Previdencial	0	0	0,00
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	75	25	200,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce – FAPECE, autorizada através da Portaria MPAS nº 3.619 de 20 de Dezembro de 1985, obedecendo às normas expedidas através da Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC e às Resoluções específicas do Banco Central, é uma pessoa jurídica de fins não lucrativos que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários dos empregados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE. A EMATERCE, na qualidade de patrocinadora contribui com quantia igual às contribuições vertidas pelos participantes do plano de benefícios, suficiente para assegurar a cobertura do plano de custeio, atuarialmente calculado.

A FAPECE é uma entidade multipatrocinada que administra um único plano de benefícios, denominado Plano de Benefícios Definido – BD, inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB, da então Secretaria de Previdência Complementar - SPC, sob o nº 1985.0014-38. Patrocinada pela EMATERCE em conjunto com a própria FAPECE.

O plano de complementação adotado pela Fundação considera não somente as provisões matemáticas correspondentes ao valor atual dos benefícios concedidos e os benefícios correspondentes a direitos adquiridos pelos participantes, embora não formalmente requerido, mas também dos benefícios a conceder aos participantes que ainda não estejam em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões complementares.

As atividades da Entidade são regidas de acordo com as Leis Complementares nº 108 e nº109, ambas de 29/05/2001, e demais normativos legais, relativos às entidades fechadas de previdência complementar. Por subordinação, obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através da Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC, às resoluções específicas do Banco Central do Brasil - BACEN, aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, bem como aos normativos pertinentes expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Receita Federal do Brasil - RFB.

A FAPECE não distribui lucro ou participações em seus investimentos. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar a sua exatidão.

A FAPECE possuía em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as seguintes quantidades participantes:

PARTICIPANTES	QUANTIDADE	
	31/12/2014	31/12/2013
Ativos	239	268
Assistidos	124	108
Pensionistas	65	57
Total	428	433

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Entidade e foram apresentadas em conformidade as Normas Brasileiras de Contabilidade e as Normas Contábeis elaboradas pelos órgãos normativos e reguladores das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CGPC no 29, de 31/08/2009, da Instrução SPC no 34, de 24/09/2009, alterada pelas Instruções PREVIC no 5, 6 e 15, de 08/09/2011, 13/11/2013 e 12/11/2014, respectivamente, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC no 8, de 31/10/2011, alterada pelas Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC no 12 e nº 16, de 19/08/2013 e 19/11/2014 e da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.272, de 22/01/2010, que aprova a Interpretação Técnica Geral - ITG 2001, com as alterações da Resolução CFC no 1.329, de 18/03/2011.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazos, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos -observadas as gestões previdencial, e administrativa e o fluxo dos investimentos - proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com a NBC TG 26.

De acordo com as normas específicas são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração do Ativo Líquido – DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) e a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

A planificação contábil padrão ora praticada objetiva atender aos aspectos patrimoniais do Plano de Benefícios, segregando os diversos recursos existentes de forma distinta e consistente, visando demonstrar com transparência a apuração dos resultados.

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/ Variações Negativas

As adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

b) Reservas Matemática e Fundos da Gestão Previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com as pensões de dependentes.

Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração se utilize de estimativas para o registro de determinadas transações, que afetam o ativo e passivo, receitas e despesas da Entidade. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. A FAPECE revisa as estimativas periodicamente. As principais estimativas referem-se ao cálculo de provisão para crédito de liquidação duvidosa correspondente a carteira de empréstimo a participantes, provisão para contingências avaliadas pelos assessores jurídicos da Entidade e as provisões matemáticas.

d) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio compartilhado com o plano de benefícios previdenciais.

As receitas administrativas da FAPECE são debitadas ao Plano Previdencial em conformidade com o plano de custeio vigente.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da FAPECE na 22ª Reunião Extraordinária e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

e) Realizável

- Gestão Previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e dos participantes.

- Gestão Administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- Fluxo dos Investimentos

Em atendimento à Resolução do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução da CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

- Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos na rubrica “Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial”.
- Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a entidade mantém interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

f) Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestação de serviços por terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

4. ATIVO

4.1 Disponível

Nessa conta são registradas as disponibilidades existentes em caixa e em contas correntes mantidas no banco do Brasil, Itaú e no Bradesco.

DESCRIPÇÃO	2014	2013
Banco do Brasil conta nº 4747-3	-	-
Bradesco conta nº 10868-5	234	223
Banco Itaú conta nº 79815-2	2	1
Bradesco conta nº 12.320-0 – PGA	1	1
Banco Itaú conta nº 16.251-8 Ag. 8279	1	1
TOTAL	238	226

4.2. Realizável da Gestão Previdencial

4.2.1 Recursos a Receber

4.2.1.1 Contribuições do Mês e Sobre 13º Salário

São contribuições do plano de benefício a receber de autopatrocínados devidas até o mês de dezembro e décimo terceiro salário de 2014. Incluindo valores a receber de assistidos por ocasião do pagamento de diferenças de benefícios apurados em processo de revisão realizada em 2009, ainda não totalmente liquidadas, as quais estão devidamente provisionadas, apresentando um saldo em 31/12/2014 de R\$ 5 mil.

DESCRIPÇÃO	2014	2013
Contribuições do Mês	4	4
Contribuições Sobre 13º Salário	1	3
TOTAL	5	7

4.2.1.2 Contribuições Contratadas

Em 30 de Dezembro de 2003, foi celebrado termo de acordo de parcelamento de dívida referente a contribuições em atraso, relativo ao período de Janeiro/1986 à Dezembro/2003, entre a patrocinadora Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – Ematerce e a Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce – Fapece, com interveniência do Governo do Estado do Ceará, no valor de R\$ 40.028 Mil, cuja composição está abaixo discriminada.

4.2.1.2.1 Prazo e Forma de Pagamento

O montante da dívida será paga pela Ematerce em 240 (Duzentos e quarenta) prestações mensais consecutivas no valor de R\$ 90 Mil, e 10 (Dez) parcelas especiais a serem pagas a cada 2 (dois) anos, a contar a partir da data de assinatura do contrato, no valor unitário de R\$ 4.964 Mil, definidas pelo Sistema Price.

4.2.1.2.2 Remuneração

As prestações mensais e as parcelas especiais devidas pela Patrocinadora à Fapece serão atualizadas, mês a mês, monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – INPC/IBGE ou, no caso de extinção deste, por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

4.2.1.2.3 Garantias

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – Ematerce apresentou como garantias, suas contas correntes junto ao Sistema Bancário.

4.2.1.2.4 Composição da Dívida

CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS	Valores em R\$ Mil	
	2014	2013
Valor do Contrato	40.028	40.028
Saldo Devedor Atual	46.668	43.149
Prazo de Amortização Pactuado	240 meses	240 meses
Prazo de Amortização Restante	107 meses	119 meses
Valor das Parcelas	1.894	1.680
Data de Vencimento	Último dia útil de cada mês	Último dia útil de cada mês
Atualização Pactuada	INPC + 6%	INPC + 6%

4.2.1.3. Custeio Administrativo Antecipado

DESCRIÇÃO	2014	2013
Antecipação de Custeio	-	43
Total	-	43

4.3. Realizável da Gestão Administrativa

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa, conforme definido no seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da FAPECE.

DESCRIÇÃO	2014	2013
Contribuições para custeio	-	38
Despesas Antecipadas	5	3
Outros Realizáveis	38	45
Total	43	86

Na conta de Outros Realizáveis são reconhecidos valores referente ao custeio de administração dos investimentos e taxa de administração de empréstimos.

4.4. Investimentos

4.4.1. Fundos de Investimento

4.4.1.1. Renda Fixa

Esse segmento constitui em aplicações em fundos de renda fixa, sendo um exclusivo e um em condomínio (aberto) conforme detalhado na Nota 4.4.4.

Os fundos de renda fixa estão registrados pelos respectivos valores de mercado de suas cotas informados em relatórios expedidos pelo agente custodiante contratado pela entidade (Banco Itaú S.A.).

4.4.1.2. Ações

Os investimentos em ações estão representados por cotas de fundo de ações, demonstradas pelo custo de aquisição e atualizadas pela variação incorrida até a data do balanço, calculado com base no valor da cota mensal informada por seus emitentes e agente custodiante.

4.4.1.3. Estruturados

Os investimentos estruturados estão representados por cotas em dois fundos multimercado, sendo registrado pelo valor de mercado, conforme demonstrativo emitido pelo agente custodiante.

4.4.2. Investimentos Imobiliários

Constituídos por bens imóveis destinados a gerar receitas de aluguéis mediante celebração de contrato específico. São avaliados pelo custo de aquisição, e reavaliados a cada três anos, de acordo com a legislação vigente, por pessoa jurídica ou profissional legalmente habilitado, sendo a última em junho/2014.

São registrados obedecendo aos critérios contábeis e legislação em vigor, e o custo é deduzido da depreciação à taxa correspondente ao tempo de vida útil remanescente, fixado no último laudo de avaliação e/ou reavaliação.

4.4.3. Empréstimos

Registra os empréstimos concedidos a participantes, nos termos do Regulamento. Foram contabilizados pelo valor atualizado, cuja apuração se deu acrescentando ao principal os encargos contratuais auferidos até a data do balanço.

Em 2014 as taxas de juros praticadas eram, para contratos com prazo para amortização em até 12 meses, 1,45% ao mês, até 24 meses, 1,57% ao mês e até 36 meses 1,68% ao mês, sendo utilizado o Sistema Price.

A FAPECE disponibilizou para seus participantes a carteira de empréstimos pessoais, cujos números assim se apresentam:

Valores em R\$ Mil

EMPRÉSTIMOS	2014	2013
Contrato Ativos	42	57
Saldo Devedor	311	326

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD é constituída mensalmente com base nos valores vencidos e vincendos, conforme orientação da Instrução SPC nº. 34, item 11 do Anexo A, de 24 de setembro de 2009.

4.4.4. Composição dos Investimentos

	Valores em R\$ Mil	
	31/12/2014	31/12/2013
Fundos de Investimento	98.352	89.937
Renda Fixa	86.365	77.027
Fundo Sul América Fapece - FI RF	75.005	67.461
Fundo Itaú Active FIX MM FI	11.360	9.566
Ações	6.560	7.790
Fundo Bozano Gestão Fundamentalista FIA	607	571
Fundo Sul América Expertise FIA	4.315	5.136
Fundo Sul América Total Return	-	1.646
Fundo Fator Sinergia V FIA	332	437
Fundo Bradesco FIA Dividendos	1.306	-
Estruturados	5.427	5.120
Fundo Itaú Hedge MM FI	2.390	2.178
Fundo Mercatto Diferencial 30 MM FI LP	-	2.942
Fundo Bozano Equity Hedge 30 FICFIM	3.037	-
Investimento Imobiliário	1.879	1.011
Terrenos	150	50
Terrenos Urbanos	150	50
Aluguéis e Renda	1.712	944
Uso Próprio	1.712	944
Terreno	1.489	760
Edificação	223	182
Custo Corrigido	230	198
(-) Depreciação Acumulada	(16)	
Alugueis a Receber	-	2
Outros Investimentos Imobiliários	17	17
Depósitos Judiciais	17	17
Empréstimos	311	326
Empréstimos Simples	326	339
(-) Provisão p/Créd. de Liquidação Duvidosa	(15)	(13)
Total dos Investimentos	100.542	91.274

4.4.4.1. Categoria de Títulos

Em atendimento à Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias, conforme já mencionamos:

4.4.4.1.1. Títulos para negociação

Em Milhares R\$

DESCRÍÇÃO	2014			2013		
	Natureza	Venc.	Custo Histórico	Valor de Mercado	Venc.	Custo Histórico
LTF				01/09/2018	3.378	3.541
NTN OVER				15/05/2018	15.810	15.817
NTN OVER	15/08/2022	3.749	3.751			
Debêntures Simples-ECORODOVIAS	15/10/2019	361	386	15/10/2019	361	359
Debêntures Simples -ECORODOVIAS	15/10/2022	191	199	15/10/2022	191	186
Debêntures Simples-TAEE	15/10/2020	921	955	15/10/2020	921	891
Debêntures Simples-TAEE	15/10/2020	159	161	15/10/2020	159	150
Debêntures Simples-TAEE	15/10/2020	635	645	15/10/2020	635	602
Debêntures Simples SABESP	15/01/2020	315	320	15/01/2020	315	303
Quotas de RF FI LP Sul America					4.425	4.425
Dep.-Prazo Garantido Especial BIC BANCO				24/07/2014	1.000	1.566
NTN-B				15/08/2020	3.543	4.359
NTN-B	15/05/2015	879	1.153	15/05/2015	879	1.093
NTN-B	15/08/2018	246	255	15/08/2018	246	240
NTN-B	15/08/2020	248	255	15/08/2020	248	238
NTN-B	15/08/2020	64	84			
Quotas de FI Itaú Active FIX		11.360	11.360		9.566	9.566
Quotas de FIA Mercatto G. Fundamentalista		607	607		571	571
Quotas de FIA Sul América Expertise		4.315	4.315		5.136	5.136
Quotas de FIA Sul América Total Return					1.646	1.646
Quotas de FIA Fator Sinergia V		332	332		437	437
Quotas FIA Bradesco Dividendos		1.306	1.306			
Quotas de Fundo MM Mercatto Diferencial 30					2.942	2.942
Quotas de Fundo MM Bozano Equity Hedge		3.037	3.037			
Quotas de Fundo MM Itaú Hedge		2.390	2.390		2.178	2.178
Total dos títulos para negociação		31.115	31.511		54.579	56.246

4.4.4.1.2. Títulos mantidos até o vencimento

Em Milhares R\$

DESCRÍÇÃO	2014			2013		
	Natureza	Venc.	Custo Histórico	Valor de Mercado	Venc.	Custo Histórico
CDB Pós Fixado – Bradesco S/A	07/08/2015	604	1.245	07/08/2015	604	1.082
NTN-B	15/08/2016	3.449	3.544			
NTN-B	15/05/2017	3.255	3.300			
NTN-B	15/08/2018	2.697	2.819			
NTN-B	15/05/2019	3.731	3.781			
NTN-B	15/08/2020	1.090	1.113			
NTN-B	15/08/2020	1.902	1.941			
NTN-B	15/08/2022	474	488			
NTN-B	15/08/2022	1.756	1.889	15/08/2022	1.756	1.781
NTN-B	15/05/2023	4.914	4982			
NTN-B	15/08/2024	4.225	4.818	15/08/2024	4.225	4.572
NTN-B	15/08/2030	4.636	5.333	15/08/2030	4.636	5.040
NTN-B	15/08/2030	13.000	14.956	15/08/2030	13.000	14.133
NTN-B	15/08/2030	1.932	1.992			
NTN-B	15/05/2035	5.202	5.862	15/05/2035	5.202	5.532
NTN-B	15/08/2040	744	862	15/08/2040	744	811
NTN-B	15/08/2040	3.207	3.306			
NTN-B	15/08/2040	1.669	1.704			
NTN-B	15/05/2045	388	440	15/05/2045	388	414
NTN-B	15/08/2050	298	346	15/08/2050	298	326
NTN-B	15/08/2050	2.068	2.132			
Total dos títulos mantidos até o vencimento		61.241	66.853		30.853	33.691

Pela característica do papel, o custo histórico das NTN-Bs, espelha o valor de compra, sem as movimentações de recebimento das amortizações.

A administração da Entidade declara e atesta capacidade financeira para o carregamento dos títulos valores mobiliários que compõem sua carteira na categoria “Títulos mantidos até o vencimento, de acordo com o expresso no artigo 9º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002.

4.5. Permanente - Imobilizado

Foi registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, atualizada monetariamente até o exercício de 1995, de acordo com o Ofício Circular nº 07/SPC/GAB, de 08/07/1996. A depreciação foi calculada pelo método linear, mediante aplicação das taxas conforme quadro abaixo:

Imobilizado	Taxa Depreciação
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Computadores e Periféricos	20%
Diferido - Software	20%

		Valores em R\$ Mil					
		2014			2013		
	Taxa Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Imobilizado							
Móveis e Utensílios	10%	19	15	4	18	14	4
Máquinas e Equipamentos	10%	17	14	3	17	14	3
Computadores e Periféricos	20%	23	19	4	22	17	5
		59	48	11	57	45	12
Diferido – Software	20%	7	7	0	7	7	0
		66	55	11	64	52	12

5. PASSIVO

5.1. Exigível Operacional

5.1.1. Previdencial

		Valores em R\$ Mil	
		2014	2013
Benefícios a Pagar		510	553
Benefícios de Prestação Continuada		10	10
Reservas de Poupança		499	543
Pecúlios		1	-
Retenções a Recolher		2	2
Outras Exigibilidades		-	38
TOTAL		512	593

Benefícios de Prestação Continuada – Valores apurados e revisão de benefícios provisionados em Dezembro de 2014, para liquidação na competência de 2015.

Reservas de Poupança - Valores provisionados para pagamento de reservas de poupança a participantes que se desligaram do Plano de Benefício e continuam vinculados à Patrocinadora, no momento das extinções dos seus contratos de trabalho.

Retenções a Recolher – Valores referentes a retenções de tributos.

Outras exigibilidades – Valores referentes ao custeio de assistidos que serão repassados em janeiro/2014.

5.1.2. Administrativo

O valor de R\$ 81 mil refere-se a provisão de férias dos empregados com seus respectivos encargos, bem como retenções a fiscais a recolher, além de receitas antecipadas referente antecipação de custeio administrativo e de pagamentos a serem efetuados no próximo exercício.

	Valores em R\$ Mil	
	2014	2013
Contas a Pagar	<u>30</u>	<u>30</u>
Despesas com Pessoal	5	6
Obrigações Fiscais a Recolher	5	4
Obrigações Sociais a Recolher	20	18
Serviços de Terceiros	-	2
Retenções a Recolher	<u>7</u>	<u>6</u>
Receitas Antecipadas	-	<u>42</u>
Outras Exigibilidades	-	<u>3</u>
TOTAL	37	81

5.1.3. Investimentos

Valores a pagar de IOF e obrigações com custódia e custeio administrativo, totalizando R\$ 43 mil.

	Valores em R\$ Mil	
	2014	2013
Empréstimos e Financiamentos	<u>1</u>	<u>1</u>
Relacionados com o Disponível	<u>4</u>	<u>4</u>
Outras Exigibilidades	<u>38</u>	<u>45</u>
Custeio Administrativo dos Investimentos	38	45
TOTAL	43	50

5.2. Exigível Contingencial

Registram-se no Exigível Contingencial ocorrências vinculadas às decisões futuras que poderão ou não gerar desembolso pela Entidade. O saldo de contingência do investimento, no valor de R\$ 75 mil, refere-se a provisão de ações judiciais contra ocupantes do imóvel situado na rua Salustio de Pinho, 200, de propriedade da FAPECE.

Ressalta-se sobre a existência de contingências no montante de R\$ 75 (mil) cuja obrigação será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos incertos não totalmente sob o controle da fundação, ou seja, prognóstico possível.

5.3. Patrimônio Social

5.3.1. Patrimônio de Cobertura do Plano

5.3.2. Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas, apuradas atuarialmente pelo Atuário Vicente Aderson Paz Sales registrado no MIBA sob Nº 1155, sócio da Empresa Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, representam os compromissos do Plano BD no encerramento do período relacionado aos benefícios concedidos e a conceder, constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário externo, em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC, com as premissas atuariais vigentes em 31 de dezembro de 2014 e estão representadas por:

Benefícios concedidos

Correspondem ao valor atual dos compromissos futuros a serem pagos pela Fundação em relação aos atuais aposentados e pensionistas.

Benefícios a conceder

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedidos), não compreendendo as contribuições futuras dos Participantes e da Patrocinadora para os Participantes ativos que não adquiriram os direitos de aposentadoria e pensão.

A seguir, demonstramos a composição do exigível atuarial em 31 de dezembro 2014 e de 2013:

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO BD		R\$ Mil	
DESCRIÇÃO	2014	2013	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	147.453	134.698	
1. Provisões Matemáticas	132.855	116.117	
1.1. Benefícios Concedidos	33.669	26.228	
Benefício Definido	33.669	26.228	
1.2. Benefício a Conceder	99.186	89.889	
Benefício Definido	99.186	89.889	
2. Equilíbrio Técnico	13.933	17.884	
2.1. Resultados Realizados	13.933	17.884	
Superávit técnico acumulado	13.933	17.884	
Reserva de contingência	13.933	17.884	
3. Fundos	36	29	
3.1. Fundos Previdenciais	0	0	
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	36	29	
4. Exigível Operacional	554	643	
4.1. Gestão Previdencial	511	593	
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	43	50	
5. Exigível Contingencial	75	25	
5.1. Gestão Previdencial	0	0	
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	75	25	

6. FUNDOS

FUNDOS	2014	2013
Fundos Administrativos	18	18
Fundos dos Investimentos	36	29
TOTAL	54	47

6.1. Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na apuração das receitas, despesas e resultado dos investimentos da Gestão Administrativa, o saldo em 31/12/2014 é de R\$ 18 mil.

6.2. Fundo de Investimento

O Fundo de Investimento é constituído por taxa cobrada sobre empréstimo, tendo por fim dar quitação a eventuais saldos devedores não pagos em decorrência de morte dos tomadores, o saldo na posição de 31/12/2014 é de R\$ 36 mil.

7. DETALHAMENTO DOS AJUSTES E ELIMINAÇÕES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em observação ao item 30, letra l, anexo A, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, demonstramos o quadro abaixo:

AJUSTES E ELIMINAÇÕES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
DESCRIÇÃO	2014	2013
ATIVO	56	146
REALIZÁVEL	56	146
GESTÃO PREVIDENCIAL	0	43
RECURSOS A RECEBER DE OUTROS PLANOS	0	43
GESTÃO ADMINISTRATIVA	56	101
RECURSOS A RECEBER DE OUTROS PLANOS	38	83
PARTICIPAÇÃO NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	18	18
INVESTIMENTOS	0	2
RECURSOS A RECEBER DE OUTROS PLANOS	0	2
PASSIVO	56	146
EXIGÍVEL OPERACIONAL	38	128
GESTÃO PREVIDENCIAL	0	38
RECURSOS A PAGAR PARA OUTROS PLANOS	0	38
GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	45
RECURSOS A PAGAR PARA OUTROS PLANOS	0	45
INVESTIMENTOS	38	45
RECURSOS A PAGAR PARA OUTROS PLANOS	38	45
PATRIMÔNIO SOCIAL	18	18
PARTICIPAÇÃO NO FUNDO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA PGA	18	18

8. APURAÇÃO DO RESULTADO

O déficit apurado em 2014 é atribuído à baixa rentabilidade dos investimentos, exceto no segmento empréstimos a participantes, destacando-se a variação negativa no segmento renda variável. Tal resultado adicionado às receitas previdenciais, incluindo a atualização monetária da dívida contratada, foi inferior à soma das provisões matemáticas, que foram impactadas pela redução da meta atuarial, variações da base cadastral e mudanças de premissas atuariais e das despesas previdenciais correntes, despesas administrativas e de investimentos.

- Regime adotado

O regime financeiro adotado na avaliação atuarial é o de Capitalização. O método específico utilizado pelo Plano de Benefícios Definido – BD da FAPECE se caracteriza pelos seguintes atributos:

- Cálculo agregado;
- Tendência de contribuições niveladas;
- Reconhecimento e distribuição, entre os participantes e beneficiários, de todos ganhos e perdas atuariais, refletidos no custo normal;
- Custo de fundação dos benefícios decrescentes no tempo.

- Principais premissas utilizadas na avaliação atuariais são:

Foram utilizadas as seguintes hipóteses na avaliação atuarial:

Taxa real anual de juros	5,5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	0% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	-
Tábua de mortalidade geral de válidos	AT-2000

Conforme informações já encaminhadas para Previc, existe uma tendência de queda da taxa de juros de longo prazo no Brasil. Por este motivo iniciamos estudos atuariais considerando a redução dessa premissa para se verificar: a) o impacto sobre os benefícios do plano mantendo-se as atuais contribuições; b) o novo nível de contribuições laborais e patronais, no caso de se desejar manter inalterada a atual meta de benefícios.

- Custeio Administrativo

O custeio administrativo engloba as despesas administrativas de todos os programas, utilizando-se, para sua cobertura, a receita prevista no plano de custeio anual calculada pelo atuário, que é apropriada mensalmente.

Conforme determinação da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, as despesas de administração são desmembradas em despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, tendo como base o critério de rateio aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação:

Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e de investimentos foram registrados integralmente como despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente.

Os valores apropriados às atividades administrativas foram registrados conforme tabela a seguir:

<u>Descrição das despesas</u>	<u>Despesas Administrativas</u>	<u>Despesas administrativas previdenciais</u>	<u>Despesas de investimento</u>
Pessoal e encargos	50%	50%	
Treinamentos/congressos e seminários	50%	50%	
Viagens e estadias	50%	50%	
Serviços de terceiros	50%	50%	
Despesas gerais	50%	50%	
Depreciações e amortizações	50%	50%	

Porém informamos que o serviço prestado pelo Atuário é alocado totalmente no grupo de despesas da Gestão Previdencial.

10. SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

10.1. Imposto de Renda – IR

Em 29.12.2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01.01.2005, ficam dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar. A partir de então, a tributação ocorre diretamente ao participante (na fonte) quando do resgate de sua reserva de poupança ou quando o mesmo passa à condição de assistido nos termos da legislação pertinente.

10.2. Contribuição para o Programa de Integração Social – COFINS e Programa de Integração Social – PIS

De acordo com a MP-SRF nº 66 de 29/08/2002, a Entidades Fechadas de Previdência Complementar são tributadas na alíquota de 4% referente ao COFINS e 0,65% referente ao PIS.

10.3. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

De acordo com a Lei nº 10.426/2002 as Entidades Fechadas de Previdência Complementar são isentas do recolhimento da CSLL.

Fortaleza, 31 de dezembro de 2014.

11. RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE

**Aos
Diretores e Conselheiros da
Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce - FAPECE**

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce - FAPECE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce – FAPECE em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Fortaleza (CE), 18 de março de 2015.

CONTROLLER AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S
CRC (CE) 232-J
CNPJ (MF) 23.562.663/0001-03

FRANCISCO MOISÉS DE ALMEIDA GOMES
DIRETOR TÉCNICO
CONTADOR CRC(CE) Nº 012837/0
CNAI N.º 2011

11. PARECERES DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

11.1. DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com o Art. 42 do Estatuto da ENTIDADE e consoante ao que estabelece a letra "j", do item 17, do Anexo "C", da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 08, de 31 de outubro de 2011, e com base na análise das Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2014, consubstanciado pelo Parecer Atuarial da Empresa Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, responsável técnica pelo Plano de Benefícios, assim como pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela Empresa Controller Auditoria e Assessoria Contábil S/S. Este Conselho recomenda ao Conselho Deliberativo a aprovação das referidas Demonstrações Contábeis.

Fortaleza, 21 de maio de 2015.

Alrilo Machado Cavalcante
Presidente

Itamar Teixeira Bezerra
Membro

Odilon Newtácio Cruz
Membro

Maria Gorette Alves
Membro

11.2. DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em conformidade com o Art. 37 Inciso XI do Estatuto da ENTIDADE e consoante ao que estabelece a letra "k", do item 17, do Anexo "C", da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 08, de 31 de outubro de 2011, e com base na análise das Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2014, consubstanciado pelo Parecer Atuarial da Empresa Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, responsável técnica pelo Plano de Benefícios, assim como pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela Empresa Controller Auditoria e Assessoria Contábil S/S e pelo Parecer do Conselho Fiscal, este Conselho Deliberativo aprova as referidas Demonstrações Contábeis.

Fortaleza, 26 de maio de 2015.

FRANCISCO DANIEL DE SOUSA
Conselheiro-Presidente

VICENTE MOURA
Conselheiro

CLAUDIO MATOSO VILELA LIMA
Conselheiro

FRANCISCO AIRTON LUZ
Conselheiro